

População Negro na transição do Império à República: marginalização, cultura política e resistência na Paraíba oitocentista.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18601895>

Natiane Araújo (Pedagogia/UFPB)

Email: natiane.araujo22@academico.ufpb.br

Resumo: Este artigo discute a exclusão da população negra brasileira no processo de transição do Império para a República, destacando a permanência de estruturas racistas que atravessaram o século XIX e continuam a marcar a sociedade contemporânea. A independência de 1822 e a abolição de 1888, embora representadas como marcos de liberdade, não significaram cidadania plena para os negros, que permaneceram sem acesso à terra, educação, moradia e participação política. Ao contrário, elites brancas favoreceram a imigração europeia como estratégia de “embranquecimento”, reforçando estigmas raciais e marginalizando os libertos. A análise evidencia que tanto o Império quanto a República mantiveram práticas de exclusão, sustentadas por interesses oligárquicos e pela consolidação do racismo estrutural. No caso da Paraíba, observa-se a continuidade de famílias tradicionais no poder, que garantiram a reprodução de privilégios e a invisibilidade da contribuição negra para a cultura e identidade regional. Apesar disso, a resistência negra se manifestou em múltiplas formas, como quilombos, irmandades religiosas, imprensa e expressões culturais afro-brasileiras, que se transformaram em pilares da identidade nacional. A investigação, portanto, revela que a cidadania no Brasil oitocentista foi construída de modo seletivo, excluindo aqueles que sustentaram a economia e resistiram à opressão. Conclui-se que revisitar esse passado não é apenas recuperar memórias de exclusão, mas também valorizar a luta e o protagonismo da população negra, cuja resistência permanece como fundamento para a construção de um futuro democrático e igualitário.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Abolição; República; Elites; Resistência negra.

Abstract: This article discusses the exclusion of the Black population in Brazil during the transition from the Empire to the Republic, highlighting the persistence of racist structures that shaped the nineteenth century and continue to mark contemporary society. The independence of 1822 and the abolition of slavery in 1888, although celebrated as milestones of freedom, did not guarantee full citizenship for Black people, who remained without access to land, education, housing, and political participation. On the contrary, white elites encouraged European immigration as part of a whitening project, reinforcing racial stigmas and deepening the marginalization of freedmen. The analysis demonstrates that both the Empire and the Republic perpetuated practices of exclusion, sustained by oligarchic interests and by the consolidation of structural racism. In Paraíba, this continuity was evident in the dominance of traditional families that reproduced privileges while silencing Black contributions to regional identity and culture. Nevertheless, Black resistance took multiple forms, such as quilombos, religious brotherhoods, the press, and cultural expressions that became essential to Brazilian identity. The study thus reveals that citizenship in nineteenth-century Brazil was constructed selectively, excluding those who sustained the economy and resisted oppression. Revisiting this past means not only recovering memories of exclusion but also valuing the struggle and protagonism of the Black population, whose resistance remains fundamental for building a more democratic and egalitarian future.

Keywords: Structural racism; Abolition; Republic; Elites; Black resistance.

Introdução

O racismo permanece, no mundo contemporâneo, como uma raiz profunda que atravessa séculos e ainda hoje se fortalece em diferentes contextos sociais e políticos. Mesmo em governos de esquerda, que criaram mecanismos legais e institucionais contra a

discriminação, o racismo não foi superado. Ao contrário, com o avanço de governos de direita, crescem discursos de desinformação e opressão que alimentam práticas racistas. Essa permanência histórica demonstra que a cor da pele, embora não defina caráter ou senso crítico, ainda é usada como instrumento de exclusão e violência simbólica e material.

A experiência pessoal de ser uma mulher negra na sociedade brasileira revela a continuidade dessas estruturas de opressão: ser maltratada pela cor, sem reconhecimento das qualidades e capacidades, mostra como a marginalização persiste. Por isso, torna-se necessário escrever, falar e ocupar espaços acadêmicos e sociais, afirmando a voz e o poder dos negros, que não podem mais ser silenciados como no passado. O silenciamento histórico precisa ser rompido pela presença ativa, crítica e militante nos espaços acadêmicos e políticos, onde muitas vezes ainda predominam vozes brancas e masculinas.

Este artigo tem caráter acadêmico e analítico, mas assume também uma perspectiva militante, pois busca discutir a transição da monarquia para a república no Brasil à luz da exclusão da população negra. O recorte da Paraíba se justifica pela vivência e pesquisa da autora, que, já tendo desenvolvido seu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a temática, reconhece como esse processo histórico ainda reverbera em práticas de preconceito e desigualdade. O objetivo é demonstrar que tanto a monarquia quanto a república, após a abolição, não promoveram a inclusão da população negra, preferindo privilegiar imigrantes europeus com terras e empregos, em um projeto de embranquecimento do Brasil.

Ao propor essa reflexão, busca-se também apontar como a memória histórica pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades raciais no presente. Recuperar o passado não significa apenas compreender as continuidades de exclusão, mas também valorizar as formas de resistência que a população negra construiu ao longo dos séculos. Nesse sentido, este artigo se insere como contribuição acadêmica e política, reafirmando que o debate sobre racismo não se restringe ao campo das ideias, mas está ligado à vida cotidiana e à luta concreta por justiça social.

Escravidão e independência: contradições da monarquia

A independência do Brasil, em 1822, representou avanços apenas para a elite política e econômica, mas não trouxe liberdade ou cidadania para negros, indígenas e mulheres. Tratou-se de uma independência voltada para a manutenção do poder das elites, em

contradição direta com os ideais iluministas de liberdade e igualdade que inspiraram revoluções como a francesa. Enquanto se proclamava a autonomia do país em relação a Portugal, a escravidão continuava sendo a base da economia, revelando o caráter seletivo dessa emancipação.

Os imperadores do Brasil não demonstraram interesse real em pôr fim ao sistema escravocrata. D. Pedro II possuía propriedades sustentadas pelo trabalho escravizado, e a assinatura da Lei Áurea por sua filha, princesa Isabel, ocorreu muito mais por pressões internas e externas do que por convicção política ou compromisso com a população negra. Como aponta Schwarcz (1998, p. 210), o Império brasileiro combinava uma fachada liberal com a permanência de uma das instituições mais violentas do mundo atlântico.

Essa manutenção da escravidão gerou profundas consequências sociais. Mesmo após a abolição, os libertos não tiveram acesso à terra, à educação, ao trabalho digno e à saúde, ao passo que o Estado incentivou a imigração europeia como estratégia de “embranquecimento” da população. Os negros foram estigmatizados como preguiçosos ou criminosos, marginalizados das oportunidades e excluídos da cidadania. Essa herança de desigualdade, enraizada no século XIX, explica em grande parte a concentração de poder econômico e político nas mãos dos descendentes de escravocratas, realidade que ainda persiste no Brasil contemporâneo.

Além disso, a continuidade da escravidão após a independência revela como o conceito de “nação” foi construído de maneira seletiva. A liberdade proclamada em 1822 não incluiu aqueles que sustentavam a economia com seu trabalho forçado. Assim, a história oficial celebra heróis e líderes da independência, mas silencia sobre os milhões de africanos e descendentes que permaneceram em cativeiro. Como lembra Mattos (1998, p. 54), essa exclusão da memória nacional foi “mais uma forma de violência simbólica contra os povos negros”.

A abolição de 1888 e a ausência de inclusão

O 13 de maio de 1888 representou o fim formal da escravidão, mas não significou inclusão social para a população negra. A elite política e econômica, marcada pelo racismo estrutural, não desejava ver negros ocupando postos de trabalho ou alcançando melhores condições de vida. Para justificar a exclusão, difundiu-se a imagem preconceituosa do negro

como preguiçoso, ignorante ou incapaz, o que reforçou estigmas e dificultou a inserção no mercado de trabalho.

Sem acesso a terra, moradia ou ocupações dignas, muitos libertos acabaram submetidos a formas de trabalho análogas à escravidão, além de continuarem a sofrer violência, humilhações e chantagens pelo simples fato de serem negros. O Estado, em vez de criar políticas de reparação ou inclusão, optou por favorecer a imigração europeia, estratégia que havia começado na monarquia e se intensificou na república. Esse projeto visava tanto fornecer mão de obra para as lavouras quanto promover o ideal de “embranquecimento” da população, apagando a cultura e a presença dos povos negros.

Um exemplo emblemático desse processo ocorreu em São Paulo, onde milhares de imigrantes italianos chegaram a partir da década de 1880. Enquanto os negros libertos vagavam sem acesso a terras, esses europeus recebiam contratos de trabalho, moradia e até apoio para escolarização de seus filhos. Como destaca Andrews (1998, p. 102), “o trabalho livre no Brasil nasceu marcado pela exclusão dos libertos e pela valorização do imigrante branco”.

Ainda assim, a cultura afro-brasileira resistiu e se reinventou por meio das religiões de matriz africana, da música, da culinária e de outras expressões culturais que se tornaram fundamentais para a identidade nacional. O samba, o maracatu, o jongo e outras manifestações culturais foram exemplos de como os negros transformaram dor em resistência e identidade.

É importante destacar que a abolição foi resultado da pressão de múltiplos atores, incluindo movimentos abolicionistas, fugas em massa, quilombos e revoltas. Ou seja, não foi uma dádiva da princesa Isabel ou da elite imperial, mas fruto da resistência constante da população negra. O silenciamento dessa resistência nos discursos oficiais faz parte da tentativa de negar o protagonismo negro na conquista da liberdade. Reconhecer essa agência é fundamental para romper com narrativas que ainda reforçam a marginalização. Conforme ressaltado por Araújo (2023).

a princesa Isabel foi mera ilusão, nunca lutou pelo fim da escravidão, só fez assinar uma declaração de abolição, mas os verdadeiros heróis, os escravizados que lutaram contra opressão, fugindo das fazendas, criando os quilombos que aumentaram essas fugas, além de, Joaquim Nabuco, Silva Jardim, Luís Gama, José do Patrocínio e Antônio Bento, que apoiaram o fim da escravidão no Brasil. Os escravizados que

lutaram, morreram e enfrentam um sistema violento até conseguir extingui-lo, e chegar a liberdade, ainda que fosse uma liberdade que não lhes assegurava nenhuma garantia social de aspectos como moradia, por exemplo. E para onde iriam essas pessoas? Sem terra, sem dinheiro nem documentos, sem instrução para formar uma nova vida em liberdade, mas com alma livre (Araújo 2023, p. 13).

Da monarquia à república: continuidades da exclusão

A problemática da reforma urbana de 1904 no Rio de Janeiro foi analisada em estudo anterior, no qual Araújo (2024) destaca:

Não foi só a reforma urbana mais também a sanitária, a estrutura da saúde, as doenças se espalhando. O tempo de pensar o porque governo municipal e federal estavam tão preocupados com a tal “beleza” da cidade do Rio de Janeiro, mas não se importavam com pessoas que não tinham casas, nem terrenos para construir suas casas. E se chama governo para elites. As pessoas construindo suas moradas em morros, que com chuvas teriam grandes riscos de cair, descer a em constas, crianças, idosos, mulheres a mexer do pior, mas esse governo se preocupava com essa tal beleza de exemplo francesa. Sem da nenhum tipo de auxílio ou ajuda, para a sociedade mais vulnerável. E sim praticar todo tipo violência (Araújo 2024, p. 13).

A proclamação da República, em 1889, é muitas vezes apresentada como símbolo de modernização política e social no Brasil. No entanto, para a população negra, não houve avanços significativos. Enquanto as capitais buscavam ampliar ruas, derrubar cortiços e adotar uma imagem de modernidade, a verdadeira transformação social — a inclusão dos negros na vida econômica, política e cidadã — foi negligenciada.

Conforme análise desenvolvida em investigação anterior sobre a reforma urbana de 1904 no Rio de Janeiro, Araújo (2024) observa:

Desde o governo monárquico imperial, que os negros foram marginalizados, a escravidão foi abolida, mas a sociedade brasileira não foi educada sobre. Com a marginalização dos corpos negros, a população negra sofre já na república, sem ter as mesmas oportunidades de emprego, estudo e moradia. Sendo vistos por pessoas racistas da época como abaixo das pessoas brancas. O racismo enraizado (Araújo 2024, p. 13).

A queda de Dom Pedro II resultou de um golpe de Estado articulado entre elites civis e lideranças militares, tendo à frente o Marechal Deodoro da Fonseca, homem branco pertencente à elite. Essa mudança de regime não representou democratização. Como observa Carvalho (2003, p. 62), “a república nasceu sem povo”, uma vez que a participação popular foi inexistente.

A principal herança da escravidão perpetuada na República foi a exploração do trabalho negro em condições precárias, muitas vezes análogas à escravidão, além da marginalização contínua dos corpos negros. O racismo, profundamente enraizado, consolidou estigmas como a associação automática do negro à criminalidade, enquanto o branco ocupava o lugar da respeitabilidade. Essa lógica, construída no século XIX, persiste ainda hoje e exige enfrentamento constante por meio da luta antirracista, da voz ativa e da afirmação da capacidade e dignidade da população negra.

Outro aspecto que merece destaque é a exclusão da população negra dos espaços de representação política e cultural. A República não promoveu qualquer medida de reparação ou incentivo à participação cidadã dos libertos, consolidando um sistema político oligárquico, centralizado em elites regionais. O resultado foi a manutenção de desigualdades que, de diferentes formas, atravessaram o século XX e ainda repercutem no século XXI, seja na ausência de negros em cargos de decisão, seja na dificuldade de acesso a direitos básicos como educação, saúde e moradia.

Resistências negras no século XIX

Apesar das exclusões, é fundamental reconhecer que os negros não permaneceram passivos diante das opressões. Quilombos, como o de Palmares no século XVII e outros espalhados pelo século XIX, foram expressões concretas de resistência. Além disso, irmandades religiosas negras e a imprensa abolicionista também deram voz à luta contra a escravidão e pela cidadania.

A imprensa negra, que começou a circular com mais força no final do século XIX, foi espaço de denúncia contra a marginalização. Jornais como o *O Menelick* e o *Clarim da Alvorada* já no início do século XX davam continuidade a essa tradição, mas herdaram práticas de resistência iniciadas antes. Como lembra Gomes (2017, p. 144), “a resistência negra se manifestava tanto nas fugas coletivas quanto nas estratégias cotidianas de sobrevivência e afirmação cultural”.

Essas formas de resistência mostram que, embora o Estado e as elites buscassem apagar os negros da vida política e econômica, eles permaneceram protagonistas na construção da nação. Reconhecer essa agência histórica é essencial para romper com narrativas oficiais que insistem em invisibilizar os corpos negros.

A Paraíba no século XIX: elites e permanências

Na Paraíba, a transição da monarquia para a república não significou ruptura política. As mesmas famílias tradicionais que já exerciam poder durante o Império permaneceram no controle da vida política e econômica, reforçando a lógica oligárquica. Famílias como os Pessoa e os Cavalcanti mantiveram influência, muitas vezes consolidada por alianças matrimoniais que uniam interesses econômicos e políticos. Essa prática era recorrente, garantindo a perpetuação do poder dentro de linhagens familiares que atravessaram gerações (Aragão, 2002, p. 79).

Exemplo notável foi a ascensão de Epitácio Pessoa à presidência da República (1919–1922), cujo primo, João Pessoa, chegou ao governo estadual, enquanto outros parentes ocuparam cargos parlamentares. A circulação de nomes e sobrenomes dentro de uma mesma árvore genealógica mostra como a política local e nacional girava em torno das mesmas famílias, reproduzindo privilégios e marginalizando outros grupos sociais.

Nesse contexto, a população negra da Paraíba permaneceu à margem da política e da economia. Mesmo com pequenos avanços individuais, a exclusão foi a regra, uma vez que os espaços de poder continuaram reservados às elites brancas. Como aponta Aragão (2002, p. 105), a Paraíba oitocentista foi marcada pela “predominância de oligarquias familiares que atravessaram gerações, mantendo os mesmos privilégios”.

Além da exclusão política, a marginalização se expressava na cultura e na memória. As contribuições da população negra para a construção da identidade paraibana — seja na música, na religião ou nas tradições populares — foram sistematicamente silenciadas ou inferiorizadas. Dessa forma, a Paraíba oitocentista reflete a mesma lógica nacional: enquanto as elites se perpetuavam no poder, os negros eram mantidos à margem, invisibilizados em registros oficiais e impedidos de se reconhecer plenamente como cidadãos.

Considerações finais

A análise da transição da monarquia para a república demonstra que o fim da escravidão não representou inclusão da população negra na sociedade brasileira. Ao contrário, tanto o Império quanto a República mantiveram estruturas de exclusão, privilegiando elites brancas e imigrantes europeus em detrimento dos libertos.

Na Paraíba, a continuidade das oligarquias no poder reforçou esse processo, revelando que a república não rompeu com o passado escravocrata, mas o reproduziu em novas formas de dominação. Esse quadro histórico permite compreender as raízes profundas do racismo estrutural que ainda marca o Brasil do século XXI.

Encerrar esta reflexão é reafirmar que o povo negro, silenciado no passado, hoje ocupa espaços de resistência e protagonismo. O estudo da história mostra que nossa luta não começou agora e que não pode ser interrompida: é pela memória, pela voz e pelo poder de se afirmar que seguimos rompendo as correntes da exclusão e exigindo um Brasil verdadeiramente democrático e igualitário.

Conclui-se, portanto, que pensar a exclusão dos negros na transição do Império à República não é apenas revisitar o passado, mas também denunciar os mecanismos de opressão que ainda se atualizam no presente. Ao mesmo tempo, é afirmar a potência das resistências negras, que garantiram nossa sobrevivência e seguem apontando caminhos para um futuro em que a igualdade racial deixe de ser promessa e se torne realidade.

Referências

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888–1988)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ARAÚJO, Natiane de Carvalho Silva de. **A transição da Monarquia para a república: a elite política paraibana entre mudanças e permanências**. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2023.

ARAÚJO, Natiane de Carvalho Silva de. **Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro: Um surto da realidade de um Brasil Liderado por Heranças Burguesas**. Trabalho de Conclusão de Curso Pós-Graduação Em História do Brasil – Faculdade Iguaçu, Belo Horizonte, 2024.

ARAGÃO, Maria do Socorro. **Famílias e poder na Paraíba oitocentista**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Flávio. **História da África e do Brasil africano**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.



**REVISTA
NZINGA**
Diálogos acadêmicos
e lutas sociais
movimentos negros,
periféricos, indígenas
e mulheristas

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.